



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Promoção no TJDFDT pode parar no CNJ



Genaldo Magalhães/Agência Senado

Entre desembargadores e conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), há uma interpretação de que a promoção do juiz Demetrius Reis Cavalcanti pode provocar uma grande repercussão. A conselheira Renata Gil (foto), que ocupa no CNJ a vaga por indicação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luis Roberto Barroso, orientou que o Pleno do Tribunal de Justiça do DF elege uma lista tríplice feminina para a promoção por merecimento na vaga aberta com a morte do desembargador J.J. Costa Carvalho, como forma de buscar a paridade na segunda instância do TJDFDT. Por isso, o caso pode resultar em uma representação no CNJ, onde será discutido.

Sem interferências

O presidente do TJDFDT, Waldir Leônico, deixou claro que o ofício da conselheira Renata Gil, do CNJ, incomodou vários desembargadores que consideraram a iniciativa uma interferência em decisões internas. A conselheira citou uma resolução do CNJ, a 525/2023, que estabelece uma política de paridade nos tribunais de segunda instância do país. No início da sessão, Waldir Leônico disse que não aceita esse tipo de interferência. Não citou a conselheira, mas muitos interpretaram assim.



Divulgação/TJDFDT

Outra vaga

A próxima vaga de desembargador do TJDFDT também deve ser destinada a um homem. Com a aposentadoria do desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, a próxima promoção é por antiguidade. Na ordem, está o juiz de segundo grau José Eustáquio de Castro Teixeira. Mas o mais cotado é o próximo na lista, o juiz de segundo grau Fabrício Fontoura Bezerra, de acordo com integrantes do TJDFDT.



Divulgação/TJDFDT

Muitas homenagens

Coube ao desembargador Diaulas Ribeiro fazer um pronunciamento no Pleno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFDT) em homenagem ao desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, que se aposenta nesta semana. Vários desembargadores se manifestaram, além do procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur, e do presidente da OAB-DF, Paulo Maurício Siqueira, o Poli.



Keyo Magalhães/CB/DA Press

Cotado

O juiz Fabio Esteves, do TJDFDT, deve ser o próximo indicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele está trabalhando no gabinete do ministro Edson Fachin, presidente do STF a partir de setembro, e deve suceder a juíza Renata Gil, indicada pelo ministro Luis Roberto Barroso. O mandato dela termina no início de 2026.

Conselhos de estatais terão 30% das vagas reservadas para mulheres

O Senado aprovou projeto de lei que estabelece cota mínima de 30% para mulheres nos conselhos de administração de empresas estatais. Também determina que, desse percentual, 30% das vagas sejam ocupadas por mulheres negras ou com deficiência. As regras se aplicam a empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, e outras companhias em que a União, os estados, o Distrito Federal ou os municípios detenham, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto. A proposta, de autoria da deputada Tabata Amaral (PSB-SP), havia sido aprovada na Câmara dos Deputados e agora segue para sanção presidencial.



Keyo Magalhães/CB/DA Press



Andressa Anholalez/Agência Senado

Diversidade de gênero

A votação da matéria foi presidida pela senadora Leila do Vólei (PDT-DF), líder da bancada feminina, que comemorou a aprovação. Em discurso, a parlamentar destacou que não se trata de concessão, mas de justiça e estratégia. "A diversidade de gênero nos conselhos não apenas promove justiça, mas qualifica as decisões, amplia a pluralidade de visões e fortalece a governança das estatais brasileiras."

Apoio de lideranças femininas

O projeto teve apoio de mais de 600 lideranças femininas do setor público e privado, incluindo nomes como Luiza Helena Trajano, Janete Vaz (foto) e a presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha.



Carlos Vieira

Espaço de diálogo

No meio das discussões sobre a PEC da Segurança Pública, Sandro Avelar (C), presidente do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conseps), reuniu jornalistas para uma conversa informal sobre ações e dados ligados à segurança pública na capital do país. Disse estar otimista com a conferência que reunirá representações de segurança pública de 26 estados e do DF de 1º a 3 de julho, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. "A Conferência iLab-Segurança representa um marco para o setor. É um espaço estratégico de diálogo e construção coletiva, que reúne profissionais de todo o país em torno dos grandes desafios da segurança pública. Nosso objetivo é fortalecer a integração entre os estados, estimular o uso de tecnologias, valorizar os profissionais da área e formular políticas cada vez mais eficientes, com base em evidências e boas práticas. Brasília tem orgulho de sediar esse encontro que olha para o futuro da segurança com responsabilidade e inovação", disse o secretário à coluna.



Divulgação (SSP-DF)

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | FÁBIO FELIX | DEPUTADO DISTRITAL

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa (CLDF) destacou dados do IPEDF e cobrou atuação efetivas no enfrentamento à discriminação nas escolas da rede pública



Aponte a câmera e confira a entrevista completa

32,4% dos alunos sofrem LGBTfobia

» DAVI CRUZ

O deputado distrital Fábio Félix (Psol), presidente da Comissão de Direitos Humanos e integrante da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Transporte e Mobilidade da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), esteve no CB.Poder — parceria entre o Correio

Braziliense e a TV Brasília. Durante a entrevista com os jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Ronayre Nunes, o parlamentar falou sobre os impactos da LGBTfobia nas escolas. Segundo a pesquisa do Instituto de Pesquisa e Estatística (IPEDF), 32% dos alunos apontam que o bullying se dá por questão da LGBTfobia.

Como o governo pode entrar na discussão sobre o bullying aliado à LGBTfobia?

Por meio das nossas emendas parlamentares, fizemos um edital chamado Realize, para projetos pedagógicos nas escolas públicas do DF. Temos iniciativas que ajudam a financiar, também, a discussão da promoção dos direitos humanos e da diversidade no ambiente escolar. Porque 32,4% dos alunos apontam que o bullying se dá por questão da LGBTfobia e 60% dos professores apontam que a maior parte do bullying se dá pela questão do preconceito. Muitas vezes, a criança e o adolescente não identificam que o que ele está sofrendo violência. Por isso,

ele não fala, mas o professor que observa, tem experiência, percebe que o que ele está sofrendo. A mediação de conflito é sentar com aquela pessoa que está cometendo ações de agressão, explicar, dialogar e acolher a vítima.

Qual é o próximo passo?

Agora estamos em um momento de greve na educação, então estão pausadas as articulações, as discussões sobre esse tema, mas a ideia é que essa pesquisa seja levada como prioridade para a secretaria de Educação. Isso precisa ser uma prioridade da política pública educacional. Então, é importante discutir diversidade e sexualidade dentro da escola de forma

Bruna Gaston CB/DA Press



orientada, pesquisada, como política pública.

Quais são os principais destaques sobre a pesquisa?

A política pública direcionada para a criança e adolescente é dada no Brasil como prioridade absoluta. Estamos no mês do orgulho LGBTQIAPN+, mas, infelizmente, nós que pertencemos a essa comunidade continuamos sofrendo violência dentro do espaço escolar. A LGBTfobia se manifesta de várias formas. Muitas vezes não é um tapa na cara que você leva, mas é o isolamento social dentro da sala de aula. Os professores também relatam que têm muita dificuldade de

abordar o tema. Isso se dá porque estamos em momento de muita polarização e irracionalidade política, dificuldade das pessoas debaterem temas importantes e muita gente quer proibir a diversidade nos colégios, sendo que é o ambiente propício para o debate.

Qual a faixa etária dos estudantes ouvidos?

A pesquisa foi realizada com pré-adolescentes e adolescentes, com professores e outras pessoas da comunidade escolar. Ela tem uma mostra estatística segura que eles apresentaram para nós como resultados, e eles identificaram o bullying de forma geral, tentando

entender esse processo e também analisaram a situação que professores encaram o problema. Temos uma cartilha produzida pela Câmara Legislativa, na Comissão de Direitos Humanos, que é a Escola de todas as cores, onde tratamos sobre conteúdo de enfrentamento a discriminação LGBTfóbica, que são informativas como ensinamento da sigla, as resoluções internacionais, como os professores podem discutir os temas em sala de aula.

Como os pais devem se posicionar?

Precisamos reconhecer que a LGBTfobia é estrutural e está presente nas relações sociais em

diferentes espaços. Isso acontece até mesmo dentro de casa e não podemos idealizar a família como se fosse perfeita. É um lugar de acolhimento e de amor, mas também é de divergência de opinião e de desafios. Se a família tem condições, ela deve orientar seus filhos e não permitir que ele discrimine. Não podemos naturalizar essa violência vivemos em tempos tão difíceis onde as pessoas pensam que podem falar qualquer coisa. A mesma pessoa que te dá bom-dia, está te xingando nas redes sociais.

Por que existe tanta dificuldade de se trabalhar, principalmente no Congresso, temas que defendem a comunidade LGBT?

Nos últimos 15 anos, as nossas principais conquistas aconteceram no âmbito judiciário. Como o casamento civil, a criminalização da homotransfobia, o reconhecimento da identidade de gênero. São conquistas importantíssimas, mas a discussão no Congresso é interditada pelo extremismo, do meu ponto de vista, da direita, que escolheu a população LGBT como alvo por autopromoção, mas isso acaba estimulando o ódio, porque ali tem pessoas.